

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 175

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE NOVEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 053/2001

Curitiba, 21 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de ajuste orçamentário no valor de R\$1.640.000,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, visando executar o Programa PROEM/BID.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste orçamentário ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de 1.640.000,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo anterior, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexo V desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ACRÉSCIMO DE DESPESA		ANEXO I					FL. 01
		ANEXO					R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4100	Secretaria de Estado da Educação						
4103	Superintendência de Educação						

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO I						FL. 01
	ANEXO						R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
1050	Projeto Expansão, melhoria e inovação no ensino médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	4490.51	16 36	16 15	L L	984.000 656.000	1301 1301
					TOTAL	1.640.000	

REDUÇÃO DE DESPESA	ANEXO II						FL. 02
	ANEXO						R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4100	Secretaria de Estado da Educação						
4103	Superintendência de Educação						
1050	Projeto Expansão, melhoria e inovação no ensino médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	4490.39	00	01	L	1.640.000	1301
					TOTAL	1.640.000	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III				FL. 02
	ANEXO				R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
1721.01.30	Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação	16	16	984.000	1301
2129.02.00	Operações de Crédito Externa - Vinculadas	36	15	656.000	1301
			TOTAL	1.640.000	

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV				FL. 02
	ANEXO				R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
1113.02.12	Imposto S/Oper. Relat. a Circ. Merc. e S/Prest. de Serv. de Transp. Interest. e Intermun. e Comunic. - Parcela Estadual	00	01	1.640.000	1301
			TOTAL	1.640.000	

ACRÉSCIMO DE OBRAS	ANEXO V					FL. 03
	ANEXO					R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Educação					
1050	Projeto Expansão, melhoria e inovação no ensino médio do Paraná - PROEM/BID - SEED					
950	Estado					
0001	Construir, Ampliar e/ou conservar estabelecimentos que ofertam o Ensino Médio	16 36	16 15	L L	984.000 656.000	1301 1301
	TOTAL	TES		L	1.640.000	

MENSAGEM Nº 054/2001

Curitiba, 21 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de ajuste orçamentário no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, visando atender a criação de obra para a implementação de sistema de esgoto sanitário do Porto de Paranaguá.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. - Fica aprovado um ajuste orçamentário ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo anterior, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III, IV, V e VI desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexos VII e VIII desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO I						FL. 01
	ANEXO						R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
7100	Secretaria de Estado dos Transportes						
7131	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA						
2385	Gerenciamento das Operações e Investimentos Portuários	4490.51	00	01	L	2.500.000	1260
					TOTAL	2.500.000	

REDUÇÃO DE DESPESA	ANEXO II						FL. 02
	ANEXO						R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
7100	Secretaria de Estado dos Transportes						
7131	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA						
2385	Gerenciamento das Operações e Investimentos Portuários	4490.51 4490.51	25 25	01 01	L L	500.00 2.000.000	1260 1260
					TOTAL	2.500.000	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III				FL. 02
	ANEXO				R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
1322.02.00	Outras Sociedades de Economia Mista	00	01	2.500.000	1260
			TOTAL	2.500.000	

REDUÇÃO RECEITA CENTRALI- ZADA	ANEXO IV				FL. 02
	ANEXO				R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
2211.01.00	Venda de Ações Copel	25	01	2.500.000	1260
			TOTAL	2.500.000	

ACRÉSCIMO DE RECEITA DESCENTRA- LIZADA	ANEXO V				FL. 03
	ANEXO				R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado dos Transportes				
7131	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA				
2412.49.00	Transferência de Recurso Ordinário - Não Vinculado	00	01	2.500.000	1260
			TOTAL	2.500.000	

ACRÉSCIMO DE RECEITA DESCENTRALIZADA	ANEXO VI				FL. 03
ANEXO				R\$1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado dos Transportes				
7131	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA				
2412.25.00	Transferências da Venda da Copel de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito	25	01	2.500.000	1260
			TOTAL	2.500.000	

ACRÉSCIMO DE OBRAS	ANEXO VII					FL. 04
ANEXO					R\$1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7131	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA					
2385	Gerenciamento das Operações e Investimentos Portuários Paranaguá					
596	Paranaguá					
0007	Realizar Obras de Implantação dos Sistemas de Esgoto Sanitário do Porto de Paranaguá	00	01	L	2.500.000	1260
	TOTAL	TES		L	2.500.000	

REDUÇÃO DE OBRAS	ANEXO VIII					FL. 04
ANEXO					R\$1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7131	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA					
2385	Gerenciamento das Operações e Investimentos Portuários					
596	Paranaguá					
0001	Realizar Obras de Pavimentação e Drenagem na Plataforma Operacional	25	01	L	350.000	1260
0002	Realizar Obras de Ampliação da Iluminação Elétrica da Área Portuária	25	01	L	150.000	1260
	TOTAL	TES		L	500.000	

MENSAGEM Nº 055/2001

Curitiba, 21 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), ao vigente orçamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, visando a abertura de Crédito Suplementar e a criação da Obra para atender a Ampliação da Unidade do Educandário São Francisco no município de Piraquara.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), conforme Anexos I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexo V desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I						FL. 01
		ANEXO						R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.	
5300	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família							
5360	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA							
1100	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência	4411.51	31	01	L	459.000	1326	
						TOTAL	459.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II						FL. 01
		ANEXO						R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.	
5300	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família							
5360	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA							
1100	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência	3311.39	31	01	L	459.000	1326	
						TOTAL	459.000	

ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA	ANEXO III				FL. 02
	ANEXO				R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família				
5360	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA				
2412.31.00	Transferência Decorrentes de Aplicação da Lei nº 11091/95	31	01	459.000	1326
			TOTAL	459.000	

REDUÇÃO DA RECEITA DESCENTRALIZADA	ANEXO IV				FL. 02
	ANEXO				R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família				
5360	Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA				
1712.31.00	Transferências Decorrentes da Aplicação da Lei nº 11091/95	31	01	459.000	1326
			TOTAL	459.000	

SUPLEMEN- TAÇÃO DE OBRAS	ANEXO V					FL. 03
ANEXO					R\$1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
5300	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família					
5360	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA					
1100	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência					
626	Piraquara					
0002	Ampliar a Unidade do Educandário São Francisco em Piraquara	31	01	L	459.000	1326
	TOTAL	TES		L	459.000	

MENSAGEM Nº 056/2001

Curitiba, 22 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei visando alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, lei essa pertinente ao Imposto

Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e adotar outras providências sobre a matéria, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

O plano de lei ora proposto, que resulta de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, visa aprimorar e atualizar disposições da legislação estadual que regula a cobrança do IPVA, definindo novo calendário de recolhimento de tal tributo e concedendo desconto

de 10% (dez por cento) para pagamentos feitos em parcela única.

Para melhor detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, conveniência e oportunidade de que é revestida a medida, segue, adiante transcrita, justificativa apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda:

“Introduz na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, as seguintes alterações:

1. Em relação ao artigo 1º:

a) alteração 1ª - estabelece que o IPVA vencerá no mês de fevereiro, podendo ser parcelado em três vezes (fevereiro a abril) ou recolhido antecipadamente até o último dia útil do mês de janeiro de 2002, com redução de 10% do valor devido;

b) alteração 2ª - estabelece que os créditos tributários vencidos relativos ao IPVA, poderão ser pagos em até cinco parcelas, fixando valor mínimo de cada parcela em cinquenta vezes o valor do FCA, vigente na data do pedido de parcelamento, conforme critério a ser fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

2. Quanto ao artigo 2º, aprova as tabelas correspondentes à base de cálculo do IPVA, em valor venal, e do respectivo imposto, calculado em quantidade de FCA.

3. No que se refere ao artigo 3º, altera de 50% para 70% a aplicação dos recursos arrecadados em Despesas Correntes pelos fundos que especifica.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O inciso I, o parágrafo 2º e a alínea “a” do parágrafo 3º do artigo 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - no mês de fevereiro, nas datas fixadas em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

.....
§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até três parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de abril, de acordo com o calendário previsto em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

.....
a) 10% (dez por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;”

Alteração 2ª - Fica renumerado o atual artigo 23 para 24, passando o artigo 23 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 - Os créditos tributários vencidos relativos ao IPVA, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos em até cinco parcelas, mensais e sucessivas, conforme critério fixado por meio de instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo Único - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a cinquenta vezes o valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, vigente na data do pedido de parcelamento.”

Art. 2º - Ficam aprovadas, nos termos do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 11280, de 26 de dezembro de 1995, as tabelas correspondentes à base de cálculo do IPVA, em valor venal, e do respectivo imposto, calculado em quantidade de FCA, que constituem os Anexos I e II desta lei e que vigorarão no ano de 2002.

Art. 3º - O Parágrafo Único do artigo 2º da Lei nº 11.962, de 19 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - A partir do exercício financeiro de 2002, os fundos de que trata o *caput* deste artigo, deverão aplicar em Despesas Correntes, até 70% dos recursos arrecadados, manter contabilidade própria e seus recursos depositados em conta do Tesouro Geral do Estado.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002, ficando revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/381/01, do Sr. Hermas Brandão, governador do Estado em exercício, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 169/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/343/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/344/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/345/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTE-

GRALMENTE o Projeto de Lei nº 391/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 1357/2001, do Sr. Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando documento para apreciação desta Assembléia Legislativa, que trata de alterações no Quadro de Pessoal daquele Tribunal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/338, 339 e 341/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei nºs:

441/2001: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$95.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13287. **Anote-se. Arquite-se.**

245/2001: Do Poder Executivo, que dispõe que o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, poderá parcelar o pagamento das multas cominadas na aplicação das leis que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13288. **Anote-se. Arquite-se.**

440/2001: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$3.605.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13289. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 487/2001, da senhora Maria das Graças Cabral Ribeiro, diretora substituta do Departamento da Criança e do Adolescente, informando convênio firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, com vistas à execução do projeto “Mutirão em Defesa da Criança e do Adolescente”, no valor de R\$76.000,00 (setenta e seis mil reais). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 111/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná - PR, no valor de R\$47.282,00, destinados à manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 112/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná - PR, no valor de R\$500.000,00, destinados ao Projeto Premiação Agenda Social. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 112/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de

recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná - PR, no valor de R\$88.733,73, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais, de Ação Continuada e Abrigo/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 998/2002, do Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, diretor-presidente da Sanepar, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre “tratamento de esgotos domésticos coletados pelas redes cujas obras são executadas dentro do programa Paranasan.” **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 921/2002, da Sra. Fani Lerner, secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre “Provopar”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº ATCC 927/2001, do Sr. Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre “participação do grupo francês Vivendi na direção da Sanepar”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3993

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3969

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER que seja destinado o horário do Grande Expediente, do dia 22 de novembro do corrente, ao senhor José Maurino, assessor de Formação Pastoral do Negro, para pronunciamento sobre a Semana da Consciência Negra.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3997

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Toniolo, pelo faleci-

mento do senhor Pedro Toniolo Sobrinho, ocorrido no dia 19 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família através de correspondência a ser encaminhada à Sra. Terezinha de J. Alberti, à Estrada da Ribeira, 322 - CEP 83.411.000 Guaraituba - Colombo- Paraná.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3998

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à da família Neves, pelo falecimento do senhor Alex Silvério das Neves, ocorrido no dia 25 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada aos pais Francisco Silvério das Neves e Neusa T. das Neves, à Rua Kelven, 1291 - Jardim Campo Alto - CEP 83.408-030 - Colombo- Paraná.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4001

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois da devida anuência do Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, desta Casa Legislativa, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Celsa Brum Pereira, no último dia 19 de novembro, em consequência de acidente de trânsito, aos 80 anos de idade, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Pessoa muito estimada e querida, a senhora Celsa deixa saudades entre seus familiares, amigos e conhecidos.

Esta Assembléia Legislativa, por este parlamentar, reverencia a memória de Celsa Brum Pereira, associando-se às manifestações de pesar e apresenta aos filhos enlutados David, Glória Maria e Edson, sinceras condolências.

Do aprovado, é requerido que seja dado ciência à senhora Glória Maria Brum Pereira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sete de Setembro, 629 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3999

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de profundo pesar pelo

falecimento do senhor João Alves de Mattos, ocorrido no último dia 22.

Requer ainda, que da decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O passamento do senhor João Alves de Mattos, ocorreu dia 22.11.2001, na cidade de Umuarama-PR, acometido de derrame cerebral.

Era nascido na cidade de Ituveraba-SP, em data de 19 de dezembro de 1929, casado com Heronides Nascimento de Mattos, pai de 14 filhos, sendo 7 filhos e 7 filhas. Pioneiro do município de Altônia onde residia há mais de 40 anos, foi vereador por três (3) gestões no período de 1968 a 1983, atuando como 2º secretário, 1973/1974, vice-presidente 1977/1978 e presidente em 1979/1980. Conhecido como João do paredão, atuava na área social.

Pelo seu comportamento como pai de família e como político, entendo ser das mais justas a homenagem póstuma que esta Casa Legislativa presta-lhe e aos seus familiares ao consignar em seus anais este voto de profundo pesar.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 631/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 157 da Lei nº 1943, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Militar, que passará à seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Art. 157 - Será transferido para a reserva remunerada, compulsoriamente, o oficial que conte ou venha a contar com 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, e, especificamente, nos últimos 5 (cinco) anos no posto ou graduação de seu quadro, ou que atingir a idade limite estabelecida nesta lei e o que permanecer afastado da atividade militar ou policial por mais de 8 (oito) anos contínuo ou não”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A alteração do artigo 157 da Lei nº 1.943, vem de encontro à aspiração da classe policial militar.

São muitas as manifestações dos oficiais militares para alterar o supra mencionado dispositivo.

Argumenta-se da injustiça causada pelos artigos 157, que cerceia o militar à plena justiça, à luz do direito.

Portanto, nada obsta para se alterar o referido dispositivo.

PROJETO DE LEI Nº 632/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica expressamente proibido, sob quaisquer alegações, o aumento da taxa de pedágio nas rodovias cedidas por concessão em todo o território do Estado do Paraná, até o mês de julho do ano de 2002.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O cidadão paranaense - a exemplo dos cidadãos dos demais estados brasileiros - vem sendo sacrificado com enorme arrocho salarial, talvez o mais longo e mais crucial de todos eles.

São sete longos anos de congelamento salarial dos trabalhadores brasileiros, achatando cada vez mais as classes baixa e média.

Os técnicos e burocratas insistem em afirmar uma situação de inflação controlada, quando na verdade cada dia diminui mais o poder aquisitivo do povo.

O Governo do Estado - através da sua Secretaria de Estado dos Transportes - já programou uma autorização para o aumento do pedágio nas estradas paranaenses entregues às concessionárias, que, mascarando com remendos e pinturas, dão ar de que as estradas melhoraram e que precisam de aumento nas taxas para compensar os gastos com aplicações.

Não bastasse essa leda enganação, as crises no mercado internacional pelos fatos dos atentados terroristas nos Estados Unidos, influenciaram em todos os setores da economia mundial. O risco Argentina, disparou, levando os nossos vizinhos à bancarrota e levando atrelado a economia brasileira.

As taxas de luz, água, telefone e tudo que se trata de prestação de serviços à comunidade subiram e continuam subindo, mas, os salários continuam congelados. E como estão congelados (brrr!)

A privatização dos serviços públicos fazem com que a especulação empresarial que deveria reduzir preços em função da concorrência, levou à formação de cartéis.

A intromissão do capital estrangeiro no País, que veio em busca de mão-de-obra barata, elevou os preços, principalmente, dos gêneros de primeira necessidade, fazendo da nossa cesta básica a segunda mais cara do País.

A classe média é a que mais sofre com a alta do custo de vida, pois o custo final das altas de preços das indústrias, o aumento dos combustíveis, as cobranças indevidas na área de serviços, abrangendo atividades

como telefonia, escola, água, habitação, saúde, alimentação e prestação de serviços.

Tudo tem contribuído para o empobrecimento cada dia maior da população.

O aumento no índice de devolução de cheques, o aumento do índice de inadimplência, o aumento do índice na lista negra do SPC e do Serasa, são demonstrativos do achatamento salarial por que passa o povo brasileiro, e em especial o trabalhador do nosso Estado.

.....

E agora vem a pretensão de aumento da taxa de pedágio, que encarecendo o transporte de mercadorias, vai aumentar ainda mais o preço da nossa já corroída cesta básica, tirando o direito de lazer do cidadão, que aproveitando as suas férias pretende descer para o litoral ou visitar seus parentes no interior do Estado.

O objetivo deste nosso projeto, é, oferecer ao povo paranaense, a oportunidade de - se não consegue aumento salarial - pelo menos, não se aumentem as despesas que já estão sendo quase impossíveis de serem pagas em dia, o que por certo sofrerá um novo e violento impacto, com o repasse desse aumento das taxas do pedágio para o custo final do produto.

Por essas razões, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 633/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Ucraniana do Brasil, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade Ucraniana do Brasil, tem por finalidade a congregação cívica, moral e intelectual, a preservação e o desenvolvimento da cultura ucraino-brasileira, bem como serviços de assistência social.

Dentre as suas atividades, a sociedade pública periódicos em idiomas ucranianos e português e mantém programa radiofônico e outros meios de comunicação, com noticiário de interesse social, e incentivará o estudo e a divulgação da língua ucraniana, danças típicas, corais de canto, música e outras atividades das tradições e do folclore ucraniano.

Por essas e outras razões, que só enaltecem o papel da entidade denominada Sociedade Ucraniana do Brasil, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 634/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam suspensos os aumentos das tarifas de pedágios, até a verificação do cumprimento dos cronogramas de obras, em todas as rodovias do Estado do Paraná, conforme estabelecido por ocasião das concessões.

§ 1º - Os cronogramas de obras serão analisados por uma comissão mista, composta pela Secretaria de Estado dos Transportes, membros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Ministério Público, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção Paraná e Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná - SETCEPAR.

§ 2º - A comissão mista a que se refere este artigo será em caráter provisório, até a criação de uma agência reguladora que fiscalize o assunto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a imediata suspensão do aumento das tarifas do pedágio, até a verificação do cumprimento dos cronogramas de obras, em todas as rodovias pedagiadas no Estado do Paraná.

Conforme já divulgado, há uma previsão de aumento nas tarifas de pedágio para os próximos dias, num percentual de aproximadamente 12%, o que certamente inviabilizará, principalmente os veículos de transportes de carga.

Considerando que um caminhão com 5 eixos, no trecho Maringá/Paranaguá passa por 07 praças de pedágio, tendo que pagar em torno de R\$110,00 somente para ida, ou R\$220,00 (ida e volta), nos preços atuais, com o aumento de 12% nas tarifas, o custo passará para R\$246,40 aproximadamente.

Senhores parlamentares, primeiramente nosso questionamento é de que nestes 4 anos em que as rodovias que compõem o Anel de Integração, num total de 2.035,5 km, sendo 1.691,6 km de rodovias federais e 343,9 km de estradas estaduais passaram a ser exploradas pelas seis concessionárias, sequer foram duplicadas, sendo que algumas, com raras exceções, receberam benefício de terceira pista e outras somente acostamento, ou chamada operação "tapa buracos".

Certamente é de suma importância que aprovemos o presente projeto de lei, em regime de urgência, para que possamos fiscalizar a aplicação dos recursos advindos dos contribuintes de nosso Estado.

Propomos ainda a criação de uma comissão supra partidária, composta por membros desta Casa de Leis,

Poder Executivo, Judiciário e entidades de classe, para que procedamos uma fiscalização no cronograma de obras certamente estabelecido por ocasião das concessões, e o porquê do provável aumento, dando uma resposta à sociedade paranaense que clama por melhores estradas e principalmente por transparência nas operações que envolvem as concessionárias.

PROJETO DE LEI Nº 635/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar escritura de permuta do imóvel de sua propriedade, constituído de terreno com 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), denominado lote nº 05 da quadra 17, da cidade de Cambé, com benfeitorias, (transcrição nº 941), pelo imóvel de propriedade da municipalidade, constituído de área de 1.549,88 m2 (hum mil, quinhentos e quarenta e nove vírgula oitenta e oito metros quadrados), denominado lote nº 161/P7, do perímetro urbano da cidade de Cambé, conforme matrícula nº 15.024 do Registro de Imóveis da Comarca.

Parágrafo Único - Os imóveis objeto da permuta de que trata este artigo ficam gravados com cláusula de inalienabilidade e serão utilizados para dependência da Câmara Municipal de Cambé e como sede para unidade da Polícia Militar do Paraná, respectivamente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Ademar Traiano e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

A proposição tem por objetivo permitir que a Câmara Municipal de Cambé, que já funciona no local, possa melhorar suas instalações, trazendo maior comodidade funcional aos senhores parlamentares e ao público em geral e, no mesmo sentido, em relação às unidades da Polícia Militar do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 636/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a distribuição, fornecimento, oferta e comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis (Postos de Gasolina) localizados em perímetros urbanos.

Art. 2º - A inobservância do disposto nesta lei sujeitará ao infrator às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão das atitudes do estabelecimento por 30 (trinta) dias.

§ 1º - Havendo reincidência, a multa de que trata o *caput* deste artigo será aplicada em dobro, e as atividades do estabelecimento serão suspensas por 60 (sessenta) dias.

§ 2º - Caso o infrator prossiga na prática de reincidência, ocorrerá o fechamento definitivo do estabelecimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

É inegável a vinculação da violência atual com a ingestão de bebidas alcoólicas. Os jovens, especialmente, têm sido as maiores vítimas, seja no trânsito quer seja provocada por outros e diariamente as páginas dos noticiários nos trazem casos associados à ingestão de álcool.

Os postos de combustíveis, que nos últimos anos tornaram-se um local de grande movimentação devido às chamadas “lojas de conveniências”, onde o cidadão pode encontrar diversos produtos, têm sido palco de ocorrência envolvendo pessoas que frequentam o local em busca de bebidas alcoólicas, param seu veículo, organizam-se em grupos e acabam prejudicando a ordem do estabelecimento.

É comum vermos, mais frequentemente nos finais de semana ou mesmo durante a madrugada, postos de combustíveis lotados, carros estacionados com seus aparelhos de som ligados em alto volume, algazarra de grupos, o que prejudica tanto os moradores próximos como quem passa pelas ruas ou mesmo quem deseja utilizar os serviços dos postos e muitas vezes não conseguem sequer adentrar os limites do estabelecimento.

A observação nos demonstra que o caráter de venda livre de bebidas alcoólicas nestes locais é um atrativo a estes frequentadores que não apenas adquirem as bebidas e se retiram, mas permanecem no local como se ali fosse espaço apropriado ao consumo e permanência.

Com vistas a solucionar o problema, que vem se avolumando a cada dia, e na tentativa de proporcionar a diminuição da violência, propusemos a presente matéria legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PL, PST, PSL, PPS, PDT, PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Todas declinam**)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos senhores deputados Valdir Rossoni, Ademar Traiano e Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3993, de autoria do senhor Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a Inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Quero consultar a Mesa se há possibilidade, na apresentação do requerimento, da retirada do item 01 e item 02 das pautas dos trabalhos de hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Infelizmente, eles estão em discussão, não estão em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Segunda discussão do Projeto de Lei nº 346/91, V. Exa, está anunciando agora.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sim, o senhor pode encaminhar.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Não. Não vou encaminhar, estou pedindo para retirar os dois, já falamos com o líder do Governo!

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu estava conversando agora mesmo com o deputado Luiz Carlos Zuk, e ele me fazia esse apelo para que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia.

Nós encaminhamos à Mesa; deve estar na mesa neste instante, um requerimento solicitando a inversão da Ordem do Dia, de tal sorte que poderíamos votar por último o item 01 e o item 02 da pauta.

Desta forma nós conseguiríamos votar todos os demais projetos que estão na Ordem do Dia e que não são polêmicos, desobstruindo a pauta nesta Sessão.

Era esse o nosso Requerimento, senhor presidente, e encareço a V. Exa. que submeta à votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. está encaminhando requerimento pedindo a inversão da Ordem do Dia?

O SR. DURVAL AMARAL

A inversão, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento apresentado pelo deputado Durval Amaral, pedindo a inversão da Ordem do Dia. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Espírita Caminho da Luz, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2001, de 24.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 470/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Caminho da Luz, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer Favorável, na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - presidente em exercício
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE LEI Nº 470/2001

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Caminho da Luz, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a ceder os direitos de uso do imóvel que especifica, à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Sengés. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 434/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 434/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a ceder os direitos de uso do imóvel que especifica à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Sengés.

O imóvel especificado se encontra em processo de deterioração em função do completo abandono de suas instalações por parte do Poder estadual, conforme demonstram as fotos anexadas à justificativa do projeto de lei.

Segundo o projeto, a APAE assume o compromisso de fazer a manutenção e a recuperação do imóvel sem qualquer ônus para a administração estadual, sendo transferido apenas o direito de uso do imóvel, continuando este a ser de propriedade do Estado.

Pelo exposto, não existem óbices de natureza legal ou constitucional, motivo pelo qual opino pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 434/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 434/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a ceder os direitos de uso do imóvel que especifica à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Sengés.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, entende que o imóvel encontra-se em processo de deterioração, conforme comprovam as fotos anexas à proposição. Assim sendo, a associação se propõe a deixar o imóvel em condições de uso, dentro das suas capacidades, constituindo-se a proposta com muitos méritos.

Dada a relevância da proposição em tela, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.11.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que define diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes, no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 382/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo definir diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes, no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 382/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre deputado Cesar Seleme, tem por escopo o estabelecimento de diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde de pessoas portadoras de diabetes, no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme Norma Técnica a ser elaborada por grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Considerando que o diabetes atinge índices alarmantes de incidência em nosso Estado e, ainda, que grande parte dos portadores da doença são de baixa renda, possuindo poucos recursos para a manutenção do tratamento, toda medida preventiva ou assistencial que o

Estado venha a adotar neste sentido é de fundamental importância.

Considerando, ainda, que se pretende oportunizar a implementação de mecanismos destinados ao controle e prevenção da doença, a medida em análise apresenta-se oportuna e meritória, merecendo acolhimento.

Assim sendo, esta comissão manifesta-se favoravelmente à matéria proposta, opinando pela aprovação do projeto de lei em referência.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/2001, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a utilizar as Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, durante o período de férias escolares, para a aplicação de programas culturais e esportivos, e a instituir a "Semana da Família na Escola". PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CDH. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04.06.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 217/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 217/2001, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, autoriza o Poder Executivo a utilizar as Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, durante o período de férias escolares, para aplicação de programas culturais e esportivos, e a instituir a "Semana da Família na Escola." O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação nos termos da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 217/2001

O artigo 4º do projeto de Lei nº 217/2001, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - A coordenação da "Semana da Família na Escola" deverá firmar parcerias com clubes de serviços e Organizações não Governamentais para a realização de Feira de Saúde e demais atividades que prestem serviço voluntário à população."

Sala das Comissões, em 29.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 217/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Waldyr Pugliesi, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a utilizar as Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, durante o período de férias escolares, para a aplicação de programas culturais e esportivos, e a instituir a “Semana da Família na Escola”.

O projeto, que já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, trata de matéria que possui elevado mérito, já que busca utilizar o espaço da escola como local de aplicação de programas culturais e esportivos em período de férias escolares. Sendo a escola um local de centralização de todas as comunidades em cidades do interior do Estado, acreditamos que, além de promover o ensino, a escola tem o dever de incentivar a participação da sociedade em busca de uma melhor qualidade de vida. E uma das formas, é tornar a escola mais aberta às famílias e à comunidade local.

Diante do exposto, exaramos nosso parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.
(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 217/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, autoriza o Poder Executivo a utilizar as Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, durante o período de férias escolares, para a aplicação de programas culturais e esportivos, e a instituir a “Semana da Família na Escola”.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania entende que a presente proposição tem grande mérito, já que criará uma colônia de férias aos alunos da rede pública, tirando os menores do ócio e afastando-os do perigo da droga e da violência, criando uma melhor qualidade de vida.

Dada a relevância da proposição em tela, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.
(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe

sobre a adequação de agências e postos bancários para o atendimento a deficientes visuais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP e CDH. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2001, de 24.04.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 142/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 142/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre a adequação de agências e postos bancários para o atendimento a deficientes visuais.

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, todavia deve sofrer emenda aditiva para constar o prazo para regulamentação da lei.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 142/2001

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 142/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a adequação de agências e postos bancários para o atendimento a deficientes visuais, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias”.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 142/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo dispor sobre a adequação de agências e postos bancários para o atendimento a deficientes visuais.

Fundamentação

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da população, pois oferecerá ao deficiente visual autonomia para manter com o banco um relacionamento comercial, independentemente da presença de um procurador.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável, opinando-se, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 142/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a adequação de agências e postos bancários para o atendimento a deficientes visuais.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pelo douta Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública, podemos observar na própria justificativa do autor do projeto, a necessidade de atendimento especial ao deficiente visual em instituições bancárias. É essencial que o deficiente visual tenha autonomia para movimentar livremente suas contas bancárias, sem a necessidade de um procurador, visando manter um relacionamento comercial com a instituição financeira.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 10, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 142/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 142/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre a adequação de agências e postos bancários para o atendimento a deficientes visuais.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pelo douta Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e da Comissão de Saúde Pública.

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania entende que a adequação de agências e postos bancários, para o atendimento a deficientes visuais, trará um grande benefício àqueles que necessitam autonomia para manter com o banco um relacionamento comercial, independente da presença de um procurador.

Dada a relevância da proposição em tela, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o financiamento de equipamento que possibilite, para portador de deficiência, a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP e CDH. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/99, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 290/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo dispor sobre o financiamento de equipamento que possibilite, para portador de deficiência, a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma do substitutivo anexo, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 290/99

Art. 1º - O Poder Executivo, por intermédio da Agência de Fomento, concederá ao portador de deficiência financiamento para a aquisição de equipamento a fim de possibilitar a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Art. 2º - A concessão do financiamento de que trata esta lei, condiciona-se à comprovação da necessidade do equipamento para uso exclusivamente pessoal do interessado, por meio de parecer, com detalhamento técnico, emitido por profissional da área de reabilitação.

Art. 3º - A taxa de juros incidente sobre o valor financiado será menor do que os índices praticados pelos bancos.

Art. 4º - A quitação do financiamento será feita em parcelas mensais, conforme limites fixados em regulamento.

Parágrafo Único - O valor das parcelas será estabelecido de modo a não onerar excessivamente a renda familiar do interessado.

Art. 5º - Para usufruir do benefício desta lei, o interessado deverá apresentar na proposta de financiamento a descrição do equipamento.

§ 1º - A análise da viabilidade do financiamento será promovida por comissão composta por técnicos das Secretarias da Criança, da Saúde e do estabelecimento oficial financiador.

§ 2º - O indeferimento do pedido de financiamento não obsta o protocolo de nova proposta pelo mesmo pretendente, desde que apresentando equipamento diverso do recusado ou apresente novos fundamentos para o pedido.

Art. 6º - A renda mensal do portador de deficiência será levada em consideração para a concessão do financiamento previsto nesta lei.

Art. 7º - Para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda objetiva facilitar a regulamentação deste projeto de lei por parte do Poder Executivo, haja vista a grande quantidade de próteses, órteses e outras ajudas técnicas existentes no mercado.

Seria inviável para o Poder Executivo listar todos os tipos de equipamentos existentes. Dessa forma, o pretendente ao financiamento ficará obrigado a apresentar a descrição do equipamento, cuja aprovação dependerá de comissão composta por técnicos das Secretarias mencionadas.

É preciso lembrar que o financiamento proposto neste projeto de lei não deve ser fonte de privilégios, mas prestar atendimento a deficientes que possuem alguma possibilidade de endividamento no sentido de adquirir próteses e órteses de melhor qualidade.

A Secretaria de Saúde fornece gratuitamente tão somente próteses e órteses básicas.

A Agência de Desenvolvimento do Paraná foi criada pela Lei 11.741, de 19.06.97, e teve o respectivo nome alterado para Agência de Fomento do Paraná S.A., pela Lei nº 12.419, de 13.01.99.

Tem como objetivo "dar apoio ao desenvolvimento econômico e social e à concessão de financiamento para capital fixo e de giro, associados a projetos no Estado do Paraná, bem como outras modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e

nas normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil".

O objetivo do presente projeto de lei é que deficientes físicos consigam adquirir equipamentos de melhor qualidade, superando deficiências ou minimizando limitações, de forma que os mesmos possam participar de atividades comuns, inclusive participando do mercado de trabalho.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 290/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que tem por finalidade dispor sobre o financiamento de equipamento que possibilite, para o portador de deficiência, a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento favorável com Emenda Substitutiva da douda comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar na própria justificativa do autor da matéria, que visa proporcionar uma nova alternativa para aqueles que necessitam arcar com os elevados custos dos equipamentos como prótese, cadeiras de rodas, enfim, equipamentos que possibilitem a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 290/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre o financiamento de equipamento que possibilite, para portador de deficiência, a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável com emenda substitutiva pela douda Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, esta comissão de Saúde Pública entende que através do financiamento, os portadores de deficiência terão a oportunidade de adquirir os equipamentos indispensáveis para a melhoria de vida e conseqüente integração social.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 10, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 290/99.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Fernando Ribas Carli - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 290/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre o financiamento de equipamento que possibilite, para portador de deficiência, a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e da Comissão de Saúde Pública.

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania entende que o financiamento de equipamento que possibilite, para portador de deficiência a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência trará um grande benefício, tendo em vista proporcionar uma nova alternativa para aqueles que necessitam arcar com os elevados custos dos equipamentos como próteses, cadeiras de rodas, enfim, equipamentos que possibilitem a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência.

Dada a relevância da proposição em tela, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) RENATO GAUCHO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2001, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, imóvel conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, e COPTC. COM EMENDA DA COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 344/2001
DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO
MENSAGEM Nº 032/2001

P A R E C E R :

Em atendimento ao artigo 33, inciso 6º, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, manifesta-se acerca do Projeto de Lei nº 344/2001, de iniciativa do Poder Executivo Estadual - Mensagem nº 032/2001.

O projeto em tela trata da concessão, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, conforme específica, tendo recebido parecer favorável à sua aprovação, da Comissão de Constituição e Justiça, nos aspectos inerentes à análise que lhe compete.

Chamada esta comissão a se manifestar, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 344/2001, seguindo sua tramitação normal. Com emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.2001

(a) EDSON STRAPASSON - Presidente e Relator

EM VOTAÇÃO

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede chamada nominal dos senhores deputados**)

Trinta e nove senhores deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Há quórum para deliberar.

Solicito aos senhores deputados que tomem os seus lugares, para que possamos proceder à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, ressalvada a emenda, queiram levantar-se - Item 15 da pauta.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, este projeto foi encaminhado a esta Casa, pretendendo ceder um imóvel do governo do Estado. O artigo 1º cita o seguinte: "Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, um imóvel de propriedade do governo do Estado..." Enfim, esse imóvel será utilizado pela Fundação de Assistência Social de Curitiba. Evidentemente, não temos nada a opor, até porque o imóvel está servindo ao município de Curitiba, para atividades de caráter social.

No entanto, cita o projeto e há de se convir que, nesta Casa, teremos que cumprir o rito legal, que prevê que qualquer concessão de imóvel, mesmo entre entes da Federação deva ser nominado, como título de comodato.

Fizemos uma emenda modificativa do artigo 1º, que pretende transformar, ao invés de sessão gratuita, será a título de contrato de comodata, que poderá ser da mesma forma gratuito. Desta forma encaminhamos para que os senhores deputados aprovem a emenda, para que esta Casa, na aprovação de projetos desse tipo, que seja balizada, especialmente, pelo que nós queríamos, que encaminhassemos favoravelmente à aprovação da emenda que propusemos.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação a emenda.

Os senhores deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. E os contrários que se manifestem.

Aprovada.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Chamada nominal, a pedido do deputado Nereu Moura.

Convido o senhor 1º Secretário, para que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vinte e sete (27) senhores deputados presentes.

Não há quórum para deliberar, apenas para o prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3969, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 3997 e 3998, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3999, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4001, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 27, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 344 e 346/2001.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 287/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 353, 389/2000, 060, 099, 220, 265, 272, 331 e 501/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 074, 185 e 498/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 290/99, 142, 217, 382, 434 e 470/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002 e 402/2001.

Levanta-se a Sessão.